



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – V.2.8

1. **OBJETO**

1.1. O presente edital tem por objeto a contratação de empresa para Serviços continuados de lavanderia hospitalar com fornecimento em comodato de enxovais hospitalares rastreáveis, incluindo todas as etapas do processamento de roupas hospitalares (coleta, transporte, lavagem, secagem, calandragem, embalagem, entrega e reposição), conforme normas da ANVISA e demais legislações sanitárias vigentes

1.2. O fiscal indicado para acompanhamento do contrato será Fábio Martins, inscrito na Matrícula nº 3779882.

O fiscal do contrato será designado formalmente por ato administrativo, com atribuições definidas nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Prazo de vigência: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nas formas da Lei, a critério do Município e com a anuência da contratada, mediante termo aditivo, até o limite previsto na lei.

2. **CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1. Este processo pauta-se na Classificação para a aquisição de:

a) Serviços Comuns.

2.2. A classificação do objeto e a escolha do tipo de contratação foram realizadas conforme critérios técnicos estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar (ETP), nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1. O processamento da roupa dos serviços de saúde abrange as seguintes atividades:

Retirada da roupa suja da unidade geradora e seu acondicionamento;

Coleta e transporte da roupa suja até a unidade de processamento;

Recebimento, pesagem, separação e classificação da roupa suja;

Processo de lavagem da roupa suja;

Centrifugação;

Secagem, calandragem ou prensagem ou passadoria da roupa limpa;

Separação, dobra, embalagem da roupa limpa;

Armazenamento, transporte e distribuição da roupa limpa.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

A contratação com comodato de enxoval e processamento completo configura-se como a solução mais vantajosa sob o ponto de vista econômico e operacional.

A estimativa de preços será formalizada por meio de pesquisa de mercado, observando os parâmetros estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, assegurando a compatibilidade com os valores praticados e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Dessa forma, resta evidenciada a viabilidade econômica da contratação pretendida, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

2.2.2. As empresas participantes deverão apresentar os seguintes documentos específicos, juntamente com os demais documentos de habilitação:

- a) Licença ou Autorização expedida pelo órgão Ambiental Competente, para Atividades Potencialmente Impactantes (LAVANDERIA), de acordo com a RESOLUÇÃO SEMA nº 031, de 24 de agosto de 1998;
- b) Alvará Sanitário vigente expedido pela vigilância sanitária municipal, no qual deverá constar a atividade de Lavanderia Hospitalar ou Lavanderia para Serviços de Saúde;
- c) Comprovação de atendimento de normas do trabalho, através de Cópia do programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme NR 7;
- d) Comprovação de atendimento de normas do trabalho, através de Cópia do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, conforme NR 9;
- e) Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tem plena capacidade técnica, operacional e administrativa para executar os serviços pertinentes ao objeto desta licitação.

3. **DAS JUSTIFICATIVAS**

3.1. A presente necessidade constitui-se como imprescindível nos serviços de Saúde. As unidades, através dos atendimentos aos pacientes, acumulam roupas contaminadas provenientes de procedimentos que realizam, como suturas, imobilizações, entre outros. Cabe mencionar que a SMS não possui espaço físico nem tampouco pessoal disponível para realização do serviço de lavanderia nas unidades de saúde, no entanto, é certa a necessidade da lavagem adequada das peças provenientes dos serviços tido como hospitalares para minimizar os riscos de contaminação, assim como cumprir as normas sobre o tema.

3.2. Para a composição do preço do Termo de Referência foi utilizado o PREÇO MEDIANO, considerando o processo licitatório em questão. Considerando a necessidade de obtenção de valor





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

estimado fidedigno e compatível com o mercado, adotou-se o método estatístico da mediana, por se tratar de medida de tendência central menos sensível a valores extremos, garantindo maior robustez à análise dos dados coletados. Tal metodologia encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como nas orientações dos órgãos de controle, sendo adequada especialmente diante da heterogeneidade dos preços obtidos na pesquisa de mercado.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

4.1. Este Termo de Referência fundamenta-se integralmente no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que originou este processo, o qual se encontra devidamente anexado aos autos, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, atendendo às diretrizes de planejamento, análise de viabilidade e caracterização do interesse público envolvido.

4.2. Sempre que possível e economicamente viável, os produtos adquiridos deverão observar critérios de sustentabilidade, conforme art. 11, IVº, da Lei nº 14.133/2021, priorizando materiais recicláveis, reutilizáveis ou que minimizem impactos ambientais.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

5.1. As especificações e os quantitativos a serem adquiridos são:

| Item | Und. De Medida | Quantidade | Discriminação do item | Preço Máximo Unitário | Preço Máximo total |
|------|----------------|------------|---|-----------------------|--------------------|
| 1 | KG | 12.000 | Serviços continuados de lavanderia hospitalar com fornecimento em comodato de enxovais hospitalares rastreáveis, incluindo todas as etapas do processamento de roupas hospitalares (coleta, transporte, lavagem, secagem, calandragem, embalagem, entrega e reposição), | R\$ 19,38 | R\$ 232.560,00 |





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

| | | | | | |
|--|--|--|---|------------------|-------------------|
| | | | conforme normas da ANVISA e demais legislações sanitárias vigentes. | | |
| | | | | Total R\$ | 232.560,00 |

5.1.1. A contratada deverá possuir lavanderia própria licenciada, com capacidade técnica, infraestrutura e logística compatíveis com a demanda mensal estimada de 1.000 kg, garantindo o correto manuseio, higienização, rastreabilidade, acondicionamento e transporte das roupas utilizadas nos serviços de Saúde do Município de Rolândia. O serviço deverá ser executado em conformidade com o Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde (ANVISA) e demais legislações correlatas. O serviço deverá contemplar: Coleta de roupas sujas nas unidades designadas (mínimo 2 (duas) vezes por semana); Lavagem técnica conforme tipo de sujidade (pesada/leves); Fornecimento, reposição e manutenção de enxovais (lençóis, fronhas, toalhas, aventais, campos cirúrgicos, etc.); Embalagem individual higiênica das roupas limpas; Transporte em veículos apropriados e higienizados; Controle de pesagem com relatório de entrada e saída; Responsabilidade ambiental pela destinação de resíduos líquidos e sólidos; Substituição de peças danificadas ou extraviadas; Suporte técnico para ajustes, registros e fiscalização.

5.1.2. O processamento das roupas hospitalares abrange todas as etapas pelas quais os enxovais e roupa passam, desde sua coleta nos serviços até seu retorno em ideais condições de reuso, quais sejam:

- Retirada dos enxovais e roupa no expurgo, mediante supervisão e conferência conjunta de funcionário designado pela CONTRATANTE, em todos os serviços mencionados, em seus respectivos endereços e seu acondicionamento.
- Coleta e transporte dos enxovais e roupa hospitalar suja até a unidade de processamento.
- Recebimento, pesagem, separação e classificação da roupa suja.
- Processo de lavagem e descontaminação da roupa suja, Centrifugação.
- Secagem, calandragem ou prensagem ou passadoria da roupa limpa.
- Separação, dobra, embalagem da roupa limpa.
- Armazenamento, transporte e entrega da roupa limpa com o controle de entrada de peças mediante supervisão e conferência conjunta de funcionário designado pela CONTRATANTE.

5.1.3. Nos Endereços dos serviços:

Unidade Básica de Saúde Dr. Júlio Braz Schettin Damasceno (Parigot de Souza)

Rua Sibiruna, nº 330, Cj Parigot de Souza



Av. Presidente Bernardes, nº 809, Centro, CEP 86.600-067

Fone: (43) 3255-8600 Fax: (43) 3255-8624

www.rolandia.pr.gov.br



Prefeitura de
Rolândia



PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

Unidade Básica de Saúde Dr. Ciro Bolivar de Araújo Moreira (Vila Oliveira)

Rua Saguaragi, nº 400, Vila Oliveira

Unidade Básica de Saúde Orlando Melin (São Martinho)

Rua Cedro, s/ nº, Distrito de São Martinho

Unidade Básica de Saúde Alvaro Eugênio Cabral (Central)

Rua Alzira Tiburski, nº 102, Centro

Unidade Básica de Saúde Rudolf Kempf(San Fernando)

Av. Francisco Serpeloni, 715

Unidade Básica de Saúde Odete Elisa Godoy (Santiago)

Rua Alice Rocha, nº 170, Jd Santiago

Unidade Básica de Saúde Dr. Waldemar Ribeiro Gonçalves (Nobre)

Rua Sol Nascente, nº 65, Jd Nobre

Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora Aparecida (Bartira)

Rua Tupinambás, s/n, Distrito do Bartira

Unidade Básica de Saúde Dr. Tertulino Aires Neto (Tomie)

Rua Walter Moreno Garrido, nº1

Unidade Básica de Saúde Aurora da Silva Tomaz (Planalto)

Rua Victorina Abrunhosa com, Rua Joaquim Riehmer –Jd. Planalto

Centro de Especialidades, Reabilitação e Diagnose Municipal de Rolândia

Rua Duque de Caxias, nº 331, Centro

TEC –Transporte Emergencial Centralizado

Rua Sadatoshi Imazu, nº 140, Kasato Maru

Pronto Atendimento 24h Dr. Aurélio Jorge Abdalla

Rua Tupi, s/n (ao lado da Unidade Básica Dr. Ciro Bolivar de Araújo Moreira), Vila Oliveira

SAMU

Rua Sadatoshi Imazu, nº 140, Kasato Maru

CEO - Centro de especialidades Odontológicas

Av: Castro Alves, nº 1.270, Centro

CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial II

Rua Sankiti Hasegawa, nº 310, Jd. Kasato Maru

CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial AD

Rua Alzira Tiburski, nº 102, Entrada pelo portão lateral junto a Av. Tiradentes - Centro

CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial Infantil





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

R. Guimarães Rosa, 84 - Jardim Asteca

Outros locais que serão inaugurados durante a vigência do contrato.

5.1.4. O recolhimento, transporte, entrega e pesagem das roupas será de responsabilidade do prestador de serviço;

5.1.5. Os itens deverão ser retirados, o serviço efetuado e a entrega deverá ser no mesmo local de onde foram coletados;

5.1.6. O serviço de lavanderia oferecido pela empresa deve possuir como princípio básico em sua área física dois ambientes isolados: área suja ou contaminada (para recebimento e lavagem da roupa suja) e a área limpa (para tratamento da roupa), consoante o que determina a Resolução RDC nº 50/2002 – ANVISA, sem desprezar os procedimentos relativos à segurança e saúde no trabalho e tratamentos de efluentes, notadamente, os estabelecidos na NR-32, na Resolução SEMA/CEMA nº 065/2008 e Resolução CONAMA nº 357/2005;

5.1.7. Na execução do objeto desta licitação, a empresa deve utilizar somente equipamentos, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT sobre máquinas de lavanderia industrial para Serviços de Saúde, inclusive, priorizar a utilização de lavadoras de barreira, objetivando um melhor fluxo do processo e minimizando o risco de contaminação da área limpa;

5.1.8. A empresa deverá utilizar nas lavagens, obrigatoriamente, água tratada com controle bacteriológico e teste de Ph, de acordo com as normas vigentes da matéria, especialmente, as normas da RDC nº 357/2005 do CONAMA, reservando-se a Secretaria de Saúde do Município o direito de, a qualquer tempo, verificar “in loco” o cumprimento de tal exigência e/ou solicitar os documentos legais comprobatórios;

5.1.9. Para pleno atendimento do objeto, a empresa deve observar os itens relativos à limpeza, desinfecção, biossegurança e demais procedimentos pertinentes ao serviço, e seguir as seguintes etapas mínimas:

- LAVAGEM - Clareamento das peças brancas, sem utilização de cloro ou água sanitária.
- SECAGEM - Processo de secagem com tratamento antialérgico para roupas de cama; - Processo de secagem com amaciamento para roupa de banho.
- PASSAGEM - Processo de passadoria à prensa quente.
- EMBALAGEM - Entregar a rouparia acondicionada em embalagem plástica transparente (individual por espécie de roupas).

5.1.10. É de inteira responsabilidade da empresa, a execução dos procedimentos que envolvam a prestação dos serviços da licitação;





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

- 5.1.11. O serviço objeto deve ser executado diretamente pela empresa contratada, não podendo ser subempreitados, cedidos ou sublocados, sob pena de sanções e multas;
- 5.1.12. A empresa e seus empregados submeter-se-ão às condições fixadas pela Secretaria de Saúde do Município quanto ao comportamento, discricção e urbanidade no serviço, sujeitando-se às regras do sigilo em relação a assuntos de que tomem conhecimento em decorrência da execução dos serviços, inclusive após cessado o contrato decorrente da licitação;
- 5.1.13. O quantitativo afixado é estimativo, sendo que a Secretaria de Saúde do Município poderá ampliar ou reduzir quantitativamente o objeto da licitação, respeitada a limitação prevista em lei;
- 5.1.14. O objeto deve ser executado pela empresa total observância a legislação vigente, especialmente, as Resoluções CONAMA nº 237/1997; 358/2005 e 397/2008, no que refere-se ao lançamento de efluentes líquidos, seus tratamentos ambientais devidos, bem como as normas regulamentares e de padrões delimitadas pela ANVISA – RDC nº 6/20212 e pelo INMETRO;
- 5.1.15. A coleta será feita no setor de expurgo das unidades, por funcionários da CONTRATADA devidamente treinados, uniformizados, e equipados com os EPI's - Equipamentos de Proteção Individual;
- 5.1.16. As roupas sujas, quando de sua entrega, deverão estar acompanhadas de uma relação geral, constando o rol da roupa entregue - número total de cada peça e peso da roupa suja;
- 5.1.17. Para a efetiva execução dos serviços de recebimento de roupas hospitalares, a CONTRATADA deverá disponibilizar na unidade hospitalar Balança Digital com laudo de aferição válido por 6 meses emitido por empresa especializada do ramo sem ônus para a CONTRATANTE;
- 5.1.18. A pesagem das roupas sujas e limpas será efetuado pelo funcionário designado pela Contratada em conjunto com o indicado pela Contratante;
- 5.1.19. Deverá ser elaborado relatório, pela Contratada, informando os pesos totais recolhidos e recebidos, em kg, no momento de entrega e recebimento das roupas, bem como anotar no livro de registro todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços. Estes relatórios deverão ser aprovados pelo funcionário do Contratante;
- 5.1.20. No processo final do processamento das roupas, estas devem ser dobradas e embaladas com filme plástico ou embalagens que preservem a qualidade e higiene dos produtos entregues ou de acordo com as necessidades da CONTRATANTE;
- 5.1.21. Os custos com embalagens são de responsabilidade da CONTRATADA. As roupas limpas, quando de sua entrega, deverão vir acompanhadas de uma relação geral, constando o rol da roupa entregue - número total de cada peça e peso da roupa limpa;





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

- 5.1.22. Quando da entrega da roupa processada, esta deverá ser pesada na presença de um empregado da CONTRATADA e outro da CONTRATANTE;
- 5.1.23. As relações acima deverão ser emitidas em 02 - duas vias, conferidas e assinadas pelos responsáveis pela CONTRATADA e CONTRATANTE. Uma das vias deverá ficar com o responsável pela CONTRATANTE;
- 5.1.24. Toda roupa limpa que apresentar qualidade de limpeza insatisfatória deverá ser separada, retornando para a seção de rouparia para que seja feito, pela CONTRATADA, um novo processo de lavagem ou remoção de manchas, e desinfecção, ficando isento de nova pesagem, não havendo ônus para a CONTRATANTE;
- 5.1.25. O pagamento será realizado mensalmente, conforme demanda;
- 5.1.26. O transporte da roupa limpa da lavanderia da Contratada para a unidade Contratante deverá ser feito em veículo devidamente adaptado a natureza da carga. O veículo deve estar devidamente higienizado para evitar a contaminação da roupa limpa, em conformidade com a legislação vigente;
- 5.1.27. A roupa processada deve ser entregue à rouparia da unidade, separada por tipos de peças e natureza de uso, de acordo com as necessidades do Contratante;
- 5.1.28. Quando da entrega da roupa processada, esta deverá ser pesada na presença de um empregado da Contratada e outro do Contratante. Será considerada a diferença de até 15% (a menos) do peso da roupa limpa quando comparado ao mesmo lote de roupas sujas;
- 5.1.29. As roupas limpas, quando de sua entrega, deverão vir acompanhadas de relatório contendo uma relação geral, constando o rol da roupa entregue, assim como a anotação de ocorrências, se houver;
- 5.1.30. Toda roupa lavada, que apresentar qualidade de limpeza insatisfatória, deverá ser separada retornando para a seção de rouparia para que seja feito, pela Contratada, um novo processo de lavagem ou remoção de manchas, e desinfecção, ficando isento de nova pesagem, não havendo ônus para o Contratante;
- 5.1.31. A unidade utilizada como medida para a contratação dos serviços deverá ser o “quilograma (kg) de roupa coletada”, tendo em vista a facilidade de administração e gerenciamento do contrato e consequente padronização;
- 5.1.32. A cada 4 (quatro) meses ou 65 lavagens, deverá a contratada substituir os enxovais, salvo aqueles em perfeitas condições de uso, com a anuência da contratante.
- 5.1.33. Relação dos Itens que a licitante deverá fornecer em comodato:





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

| Item | Und. | Quantidade Semanal | Quantidade Mensal | Discriminação |
|------|-------|--------------------|-------------------|--|
| 1 | UNID. | 25 | 100 | Campo Cirúrgico Fenestrado - Campo Cirúrgico Fenestrado Medidas: 50 cm x 50 cm com fenestre quadrado de 15x10 cm Tecido resistente/brim pesado: 100% algodão. Cor crua. Serigrafado logotipo (modelo será enviado) Uso médico-hospitalar; Com acabamento em bainha simples nos quatro lados; Resistente à lavagem industrial/hospitalar; Tratamento para não desbotar; Autoclavável; Reutilizável. . |
| 2 | UNID. | 40 | 160 | Campo Cirúrgico Fenestrado - Campo Cirúrgico Fenestrado Medidas: 50 cm x 50 cm com fenestre quadrado de 10x10 cm Tecido resistente/brim pesado: 100% algodão. Cor crua. Serigrafado logotipo (modelo será enviado) Uso médico-hospitalar; Com acabamento em bainha simples nos quatro lados; Resistente à lavagem industrial/hospitalar; Tratamento para não desbotar; Autoclavável; Reutilizável. . |
| 3 | UNID. | 20 | 80 | Campo Cirúrgico para kit Parto - Campo Cirúrgico Simples Medidas: 100 cm x 100 cm Tecido resistente/brim pesado: 100% algodão. Cor: crua. Serigrafado logotipo (modelo será enviado). Uso médico-hospitalar; Com acabamento em bainha simples nos quatro lados; Resistente à lavagem industrial/hospitalar; Tratamento para não desbotar; Autoclavável; Reutilizável. |
| 4 | UNID. | 50 | 200 | Campo Cirúrgico Simples - Medidas: 50 cm x 50 cm Tecido resistente/brim pesado: 100% algodão. Cor: crua. Serigrafado logotipo (modelo será enviado). Uso médico-hospitalar; Com acabamento em bainha simples nos quatro lados; Resistente à lavagem industrial/hospitalar; Tratamento para não desbotar; |





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

| | | | | |
|----|-------|----|-----|---|
| | | | | Autoclavável; Reutilizável. |
| 5 | UNID. | 10 | 40 | COBERTOR EDREDON, para leito hospitalar infantil, composição 50% poliéster, 20% acrílico, 20% algodão, 5% polipropileno e 5% viscose, antialérgico gramatura de no mínimo 300 g/m2 a no máximo 400 g/m2, cor verde claro ou azul claro. |
| 6 | UNID. | 3 | 12 | COBERTOR Recém-nascido (RN), para leito hospitalar RN, composição: duplo, antialérgico, com viés em toda a volta. COR: ESTAMPA INFANTIL. |
| 7 | UNID. | 40 | 160 | Cobertor solteiro - Cobertor solteiro/adulto – 100% poliéster, antialérgico, ati-traça, anti-mofo, tamanho 1.5X2.20; Peso aproximado 900 gr – cor verde claro ou azul claro. |
| 8 | UNID. | 60 | 240 | FRONHA, para travesseiro hospitalar, confeccionado em tecido 25% poliéster e 75% algodão, 180 fios, na cor verde claro ou azul claro, com costura dupla, modelo envelope. Medidas: 80cmx60cmx15cm (comprimento x largura x envelope). |
| 9 | UNID. | 60 | 240 | LENÇOL DE CAMA ADULTO, sem elástico, confeccionado em tecido 25% poliéster e 75% algodão, 180 fios, na cor verde claro ou azul claro, com costura dupla. Medidas: 2,80 m x 1,70m (comprimento x largura). |
| 10 | UNID. | 10 | 40 | LENÇOL DE RN, sem elástico, confeccionado em tecido 25% poliéster e 75% algodão, 180 fios, na cor verde claro ou azul claro., com costura dupla. Medidas: 80 x 80cm (comprimento x largura). |
| 11 | UNID. | 40 | 160 | Lençol para leito hospitalar, medidas: 1.60 x 2.45, percal: 180 fios, tecido: 100% algodão, cor verde claro ou azul claro, sem elástico, com bainha nos quatro lados, resistente a lavagem industrial. |





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

| | | | | |
|----|-------|----|-----|---|
| 12 | UNID. | 70 | 280 | Lençol para maca hospitalar - lençol para maca sem elástico, medidas: 90 cm de largura e 1,90 m de comprimento. Tecido percal 100% algodão; 180 fios. Cor verde claro ou azul claro.. Serigrafado logotipo (modelo a ser enviado). Uso médico-hospitalar. Com acabamento em bainha nos quatro lados (costuras reforçadas); Resistente à lavagem industrial/hospitalar; Tratamento para não desbotar; Confortável; Reutilizável. |
| 13 | UNID. | 10 | 40 | PIJAMA (CONJUNTO UNISSEX), infantil, de verão, camisa manga curta, com abertura frontal e com dois pontos de amarril e bermuda ajustável com cordão (do mesmo tecido), na cintura, em Poliviscose (67% poliéster e 33% viscose),na cor ESTAMPA INFANTIL. Tamanho: 06 meses, 01, 02, 06, 10, 14, 16 anos. |
| 14 | UNID. | 10 | 40 | PIJAMA DE INVERNO - PEDIÁTRICO, conjunto composto de blusa de mangas compridas e calça, confeccionado em flanela sarjada 100% algodão, na cor ESTAMPA INFANTIL, nos tamanhos: 06 meses, 01, 02, 06, 10, 14, 16 anos. Cor verde claro ou azul claro. |
| 15 | UNID. | 20 | 80 | PIJAMA unissex adulto (inverno), flanela, manga longa e calça comprida, sendo 35% peças tamanho G, 40% peças tamanho M e 10% peças tamanho P, 10% peças tamanho GG e 5% peças tamanho EG, cor verde claro ou azul claro. |
| 16 | UNID. | 20 | 80 | PIJAMA unissex adulto (verão), tergal, 67% poliéster e 33% algodão, manga curta e calça comprida, sendo 35% peças tamanho G, 40% peças tamanho M e 10% peças tamanho P, 10% peças tamanho GG e 5% peças tamanho EG. cor verde claro ou azul claro. |





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

| | | | | |
|----|-------|----|-----|--|
| 17 | UNID. | 3 | 12 | PIJAMA UNISSEX OBESO, (verão) tergal, 67% poliéster e 33% algodão, camiseta manga curta e calça comprida. cor verde claro ou azul claro. |
| 18 | UNID. | 20 | 80 | SACO, para hamper, impermeável, de tecido ou descartável. Medidas: 120 litros. |
| 19 | UNID. | 60 | 240 | TOALHA de banho, confeccionada em tecido 100% algodão, felpudo, peso mínimo 420 g/m². Cor verde claro ou azul claro, bainha com auréolas nas 4 dimensões. Medidas: 0,70 x 1,20 m. |
| 20 | UNID. | 60 | 240 | TOALHA de rosto, confeccionada em tecido 100% algodão, felpudo, peso mínimo 110 g/m². Cor verde claro ou azul claro. bainha com auréolas nas 4 dimensões. Medidas: 0,70 x 0,45 m. |
| 21 | UNID. | 35 | 140 | Traçado para maca hospitalar - MEDIDAS: 120 CM X 170 CM, PERCAL: 180 FIOS, TECIDO: 100% ALGODÃO, COR: A DEFINIR, SEM ELÁSTICO, Com acabamento em bainha nos quatro lados (costuras reforçadas); Resistente à lavagem industrial/hospitalar; Tratamento para não desbotar; Confortável; Reutilizável. |

5.1.34. A tabela é uma estimativa, qual poderá haver alteração em uma margem de erro de 20% para mais ou para menos;

5.1.35. O enxoval deverá ser fornecido nos tamanhos e nos tecidos especificados no item;

5.1.36. A equipe de fiscalização do contrato deverá avaliar periodicamente a qualidade do enxoval circulante e solicitará sua substituição sempre que necessário sem ônus para o CONTRATANTE, não sendo permitida circulação de peças danificadas, que não estejam de acordo com o estabelecido;

5.1.37. Qualquer entrega de enxoval novo não poderá ser considerada como peso de enxoval limpo a ser cobrado em nota fiscal e deverá ser aprovada pela equipe de fiscalização do contrato;

5.1.38. O enxoval deverá ter o controle de rastreabilidade em todas as peças, através de tecnologia RFID (Identificação por Radiofrequência), ou seja, a CONTRATADA não poderá entregar nenhuma peça de roupa do enxoval sem a tecnologia RFID;





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

5.1.39. Todas as peças do enxoval fornecido pela CONTRATADA deverão possuir o sistema eletrônico com tecnologia de rastreamento de radiofrequência (TAGS);

5.1.40. É vedada a circulação de peças sem identificação eletrônica;

5.1.41. As etiquetas deverão ser: resistentes a lavagens industriais; compatíveis com altas temperaturas e processos químicos; fixadas de forma permanente.

5.1.42. O sistema deverá permitir: Identificação individual de cada peça; Controle de entrada e saída por unidade; Monitoramento do ciclo de vida (quantidade de lavagens); Rastreamento de perdas e extravios; Registro de movimentação logística; Histórico completo de cada item; Emissão de relatórios gerenciais; A CONTRATANTE deverá ter acesso ao sistema, ao menos em modo consulta; Os dados deverão ser disponibilizados sempre que solicitados.

5.1.43. Caberá a CONTRATADA a implantação, operação e manutenção do sistema; fornecimento de leitores e infraestrutura necessária; substituição de TAGs danificadas; treinamento das equipes envolvidas; garantia de funcionamento contínuo durante toda a vigência contratual.

5.1.44. Na data do início dos serviços, os colaboradores da CONTRATADA em conjunto da equipe de fiscalização da CONTRATANTE, realizarão a contagem das roupas fornecidas, conferindo a relação quantitativa e descritiva dos enxovais que serão disponibilizadas para dar início ao controle da evasão e qualidade do processamento das roupas.

5.1.45. Não será exigida garantia de execução contratual, conforme análise de risco e oportunidade da Administração.

5.1.46. Quanto aos critérios de exequibilidade:

“Lei 14.133/2021, e Decreto Municipal 113/2025 que regulamenta os critérios da exequibilidade.

Serão desclassificadas as propostas que:

[...]

Considera-se inexequível a proposta que apresentar um preço:

I - inferior a 75% da média aritmética dos preços das propostas válidas apresentadas na licitação (No caso de obras e serviços técnicos de engenharia);

II - inferior a 50% do valor estimado pela Administração, conforme pesquisa de mercado ou orçamento base (No caso de bens de consumo e serviços comuns);

III - com custos de execução que não sejam compatíveis com o objeto licitado, conforme parecer técnico da Administração.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

§ 2º O licitante cuja proposta for considerada inexequível poderá ser convocado a justificar a viabilidade econômica e financeira de sua proposta, apresentando documentos que comprovem a exequibilidade do valor ofertado, incluindo, mas não se limitando a, planilhas detalhadas, acordos com fornecedores ou estudos técnicos.

Art. 2º Caso o licitante não consiga justificar a exequibilidade da sua proposta, ela será desclassificada, conforme o item III do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de outras sanções previstas em edital ou contrato.”

5.1.47. Será assegurado ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa na etapa de comprovação da exequibilidade da proposta, conforme art. 1º, §2º do Decreto Municipal 113/2025.

6. DO PRAZO

6.1. Após a o recebimento pela CONTRATADA da Nota de Empenho, o(s) material(is) deverá(ão) entregue(s) no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

| Desdobramento | Dotação Orçamentária | Órgão |
|--------------------|----------------------------------|------------------------------------|
| 3.3.90.39.00.00.00 | 8174/ 9114/ 9416/ 9645/ 10765 | 09 - Secretaria Municipal de Saúde |

8. OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

- Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
- Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

- Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
- Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
- O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
- Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
- A contratada deverá atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
- A contratada deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
- Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
- O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
- Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
- Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
- Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
- A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

- A Contratada deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

9. **OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

- Promover o pagamento de acordo com o Instrumento hábil de formalização da contratação pré-estabelecido;
- Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado;
- Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços e demais informações necessárias para a correta execução do fornecimento.
- Fazer o devido acompanhamento e fiscalização do objeto licitado.

10. **DAS PENALIDADES**

10.1. O licitante e o contratado que incorrerem em infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal n 505/2025, estarão sujeitos às seguintes sanções administrativas:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo mínimo de 03 (três) anos;





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 06 (seis) anos.

V.a) As sanções previstas nas alíneas “I”, “II”, “III” e “IV” poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao contratado.

V.b) A advertência será aplicada em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação ou da contratação.

V.c) A multa, de 0,5% (cinco décimos por cento) até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, será aplicada ao responsável por infrações administrativas previstas no Art. 155 da Lei 14.133/21. Será aplicada nos seguintes casos:

I) Causar a inexecução parcial do contrato;

II) Causar inexecução parcial do contrato com grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III) Causar inexecução total do contrato;

IV) Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

V) Não manter a proposta, salvo por motivo superveniente devidamente justificado;

VI) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado no prazo de validade da proposta;

VII) Provocar atraso injustificado na execução ou entrega do objeto da licitação;

VIII) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou durante a execução do contrato;

IX) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X) Comportar-se de maneira inidônea ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI) Praticar atos ilícitos com o objetivo de frustrar a licitação;

XII) Cometer atos lesivos previstos no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 06 (seis) anos, será aplicada a quem:

I) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato após ser adjudicado;

II) Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

III) Apresentar documentação falsa;





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

IV) Provocar atraso injustificado na execução do contrato;

V) Não manter a proposta;

VI) Fraudar ou falhar na execução do contrato;

VII) Comportar-se de modo inidôneo;

VIII) Cometer fraude fiscal.

10.3. O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e o descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 06 (seis) anos, será aplicado a quem:

I) Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público ou a terceiro relacionado;

II) Financiar ou patrocinar a prática de atos ilícitos previstos na Lei;

III) Utilizar pessoa física ou jurídica interposta para ocultar interesses ou beneficiários dos atos ilícitos;

IV) No contexto de licitações e contratos:

IV.a) Frustrar ou fraudar o caráter competitivo do certame;

IV.b) Impedir, perturbar ou fraudar qualquer ato do procedimento licitatório;

IV.c) Afastar ou tentar afastar licitante por meio de fraude ou oferecimento de vantagem;

IV.d) Fraudar licitação pública ou contrato decorrente;

IV.e) Criar pessoa jurídica irregular ou fraudulenta para participar de licitação;

IV.f) Obter vantagem indevida em modificações ou prorrogações de contratos;

IV.g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro de contratos com a administração pública;

V) Dificultar a atividade de investigação ou fiscalização de órgãos públicos.

10.4. Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar, com garantia de ampla defesa e contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, informando as ocorrências ao Cadastro Unificado de Fornecedores.

10.5. A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é responsável por aplicar as penalidades previstas.

10.6. A penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade se estenderá a:

I) Pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica;

II) Pessoas jurídicas com sócios comuns às mencionadas no item anterior.

10.7. Na aplicação das sanções, a Administração observará:

I) Proporcionalidade entre sanção, gravidade da infração e valor econômico da contratação;





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

II) Danos resultantes da infração;

III) Situação econômico-financeira do sancionado, considerando a capacidade de gerar receitas, em caso de multa;

IV) Reincidência;

V) Circunstâncias agravantes ou atenuantes da infração.

10.8. Nos casos não previstos no edital, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.9. Além das sanções administrativas, a responsabilização civil de pessoas jurídicas por atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, também será aplicada conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.

10.10. Quaisquer penalidades serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

10.11. Todas as penalidades previstas neste instrumento serão aplicadas mediante prévia instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

11. DO PRAZO DE PAGAMENTO

11.1. A Prefeitura Municipal de Rolândia, APÓS O ATESTE DO FISCAL RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS DA NOTA FISCAL, realizará o pagamento em até 30 (trinta) dias.

11.2. A CONTRATADA deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município. A ausência da manutenção das certidões quando do processo licitatório, ensejará em notificação ao fornecedor, podendo ocorrer a rescisão entre as partes.

11.3. Na ocorrência de suspensão de pagamento devido ao descumprimento de cláusulas contratuais, não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta deste termo.

11.4. Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados no contrato e por quilograma, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a CONTRATADA fazer a substituição.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

11.5. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

11.6. O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata/contrato, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e posteriormente aplicadas as sanções.

12. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

12.1. Os preços se manterão inalterados pelo período de vigência do presente Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

12.2. É vedada a detentora do Instrumento hábil de formalização da contratação, interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Instrumento hábil de formalização da contratação.

13. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

13.1. É obrigações do Detentor do Instrumento hábil de formalização da contratação:

- I. Custos de tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais;
- II. Custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, assim definido na Norma Tributária.

13.2. O Detentor do Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente deve levar em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto, no total ou em parte.

15. DA PRORROGAÇÃO

15.1. O presente Contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, contados da data de homologação do certame, podendo ser prorrogado, nos termos dos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que configurada a hipótese legal aplicável e observadas cumulativamente as seguintes condições:

- I – manifestação expressa, prévia e devidamente justificada da Administração quanto ao interesse público na prorrogação;
- II – anuência formal da CONTRATADA;
- III – demonstração da manutenção das condições vantajosas para a Administração;
- IV – justificativa técnica que comprove a necessidade e a oportunidade da continuidade da execução contratual.

15.2. A prorrogação contratual deverá respeitar os limites e prazos definidos na legislação vigente, sendo vedada sua formalização após o término de vigência do instrumento, exceto se ainda em





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

curso o prazo de execução do objeto, conforme autoriza os artigos 105 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

15.3. Os preços contratados poderão ser revistos, a qualquer tempo, para mais ou para menos, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação objetiva das causas ensejadoras da revisão, tendo validade a partir do mês subsequente ao da repactuação.

15.3.1. O pedido de revisão deverá ser formalmente apresentado pela CONTRATADA, acompanhado de justificativa técnica e documentação comprobatória do alegado desequilíbrio, sujeitando-se à análise da Administração, que poderá, conforme o caso, autorizar a revisão, promover glosa, firmar termo aditivo ou adotar outras medidas administrativas cabíveis.

15.4. Para fins de eventual revisão ordinária, será utilizado como índice de atualização o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, salvo previsão diversa e devidamente justificada no Termo de Referência ou instrumento convocatório.

15.5. O reajuste anual somente produzirá efeitos financeiros a partir do mês subsequente ao transcurso de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta ou da assinatura do contrato, o que ocorrer primeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021, condicionado à autorização expressa da Administração e à existência de disponibilidade orçamentária.

15.6. A omissão da CONTRATADA quanto ao exercício do direito ao reajuste na data de sua exigibilidade será interpretada como concordância tácita com a manutenção dos preços contratados, sem prejuízo da possibilidade de posterior pedido de revisão extraordinária, desde que amparado por fatos supervenientes e devidamente comprovados.

15.7. A Administração poderá, de forma motivada, indeferir pedido de prorrogação contratual ou de revisão/reajuste de preços, nas hipóteses de perda da vantajosidade, ausência de interesse público, inviabilidade orçamentária ou outra razão legalmente justificável.

16. DA RESCISÃO

16.1. O Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente poderá ser rescindido, no todo ou em parte, de pleno direito:

- I. Pelo Município de Rolândia em despacho fundamentado:
 - a) Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
 - b) Quando o fornecedor não assinar o termo contratual no prazo estabelecido;





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

- c) Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa;
- d) Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Instrumento hábil de formalização da contratação, nas hipóteses previstas na legislação vigente;
- e) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste Instrumento hábil de formalização da contratação;
- f) Os preços que se apresentarem superiores aos praticados no mercado
- g) Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II. Pelo fornecedor:

- a) Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
- b) Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 137, da lei 14.133/21.

17. **DA GESTÃO DO CICLO DE VIDA E LOGÍSTICA REVERSA**

17.1. A contratada deverá assegurar a adequada gestão do ciclo de vida do objeto, incluindo a possibilidade de manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia e a destinação ambientalmente adequada ao final de sua vida útil, mediante sistema de logística reversa, sem ônus adicional para a Administração, nos termos da Lei nº 12.305/2010 e art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021.

18. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 18.1. Valores para a proposta corrigida deverão ser lineares em todos os itens do lote.
- 18.2. Todos os itens na tabela do item 3 são especificações mínimas, podendo ser cotados itens iguais ou superiores aos descritivos.
- 18.3. A empresa deverá arcar com todos os custos e despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.
- 18.4. Nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual





PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08

período, para regularização da documentação fiscal, quando houver alguma restrição que impeça a contratação.

18.5. A Nota de Empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê a lei 14.133/21.

Rolândia - PR, 09 de abril do ano de 2026.

Juliana Alves Sant'Ana Paganini

CONFIRMO e AUTORIZO A ABERTURA DESTE PROCESSO LICITATÓRIO.

Erika Fernanda Dos Santos Bezerra Ludwig

